

Cultura e História Ambiental: uma abordagem da História Contemporânea.

Culture and Environmental History: an approach to Contemporary History.

Mauricio Silva de Souza¹

Resumo: Este artigo busca entender como a cultura em mudança molda a ecologia e o meio ambiente local e regional, através de períodos históricos e, assim, constitui uma disciplina autônoma dentro do campo da História. No século XXI, esse fenômeno está sendo examinado através das lentes de diversos campos, incluindo economia, ciência política, biologia evolutiva, sociologia, história e ciências da educação. As grandes navegações dos séculos XV e XVI, por exemplo, provocaram grandes transformações sociais, ecológicas e ambientais em sociedades como as da América do Sul. As evidências de tais momentos históricos nos ajudam a examinar a transformação social forjada na ecologia e no meio ambiente e como ela foi moldada ao longo do tempo. Este assunto é agora um objeto de estudo autônomo dentro da disciplina de história chamada História Ambiental. Este artigo argumenta que o estudo da História Ambiental é também um estudo da história contemporânea, por meio de seu exame da ecologia e do meio ambiente e suas mudanças ao longo do tempo.

Palavras chaves: Cultura Ambiental. História Contemporânea. História Ambiental.

Abstract: This article seeks to understand how changing culture shapes the local and regional ecology and environment, through historical periods and thereby constitutes a standalone discipline within the field of History. In the 21st Century, this phenomenon is being examined through the lenses of diverse fields including economics, political science, evolutionary biology, sociology, history and science of education. The great navigations of the 15th and 16th Centuries, for example, created great social, ecological, and environmental transformations in societies like those in South America. The evidence from such historical moments helps us examine the social transformation wrought within ecology and the environment and how it has been shaped through time. This subject is now an object of standalone study within the discipline of history called Environmental History. This article argues that the study of Environmental History is also a study of contemporary history, through its examination of ecology and environment and the changes therein through time.

Keywords: Environmental Culture. Contemporary History. Environmental History.

Introdução

O estudo da história se divide em diversas especializações, refletindo a conjuntura, o contexto e a dinâmica de uma sociedade global construída, sobretudo, na valorização das especificidades dos indivíduos e dos saberes. Tal característica parece, de uma maneira prévia, remeter ao oposto do pensamento de Durkheim que apontou a sociedade como superior e com precedência sobre o indivíduo.

¹ Professor Adjunto da Universidade Federal de Rondônia. Pós-doutorando na Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (UTAD), Quinta de Prados 5000-801 Vila Real - Portugal. Membro Colaborador do Centro de Estudos Transdisciplinares para o Desenvolvimento (CETRAD).

Entretanto, a chamada “personalidade global”, de Durkheim (2016), cuja fonte se estabelece nas necessidades vitais do ser humano, induz à solidariedade, onde cada indivíduo precise utilizar das suas especificidades para garantir a funcionalidade da sociedade, definindo o papel de cada parte na garantia e manutenção do organismo social. Esse olhar funcionalista busca na História o continuísmo ou, nas palavras de Durkheim, ser o novo na História “de fato, somente sua continuação e desenvolvimento”. (DURKHEIM, 2016, p.89).

Por outro lado, a superação da divisão do trabalho, seja material ou imaterial ², e o olhar sobre as práticas sociais focando na complexidade do ser, em sua totalidade, sugere, como elemento de uma possível transformação, a história da realidade concreta. Nesse sentido, focando no antagonismo do novo em relação ao antigo e buscando na categoria trabalho definir a ontologia do ser em sociedade, vislumbra-se alternativas para a vida em sociedade.

Sobre totalidade e divisão do trabalho Lukács afirma:

Com a especialização do trabalho, perdeu-se toda imagem da totalidade. E como necessidade de apreender a totalidade – ao menos cognitivamente – não pode desaparecer, tem-se a impressão (e formula-se essa reprovação) de que a ciência, que trabalha igualmente nesse imediatismo, teria despedaçado a totalidade da realidade, teria perdido o sentido da totalidade por força da especialização (LUKÁCS, 2012, p. 228).

Os olhares antagônicos da garantia das necessidades vitais, através da continuidade orgânica da sociedade *versus* a possibilidade da tomada de consciência a partir de crises e contradições própria da sociedade contemporânea, ganham força no estudo da História contemporânea e da cultura ambiental.

Nestes termos, este artigo tem como objetivo apresentar a cultura ambiental contemporânea através da conexão com as grandes transformações provenientes da *idade moderna*. Traz no seu bojo a emergência de uma História Ambiental fruto da importância das questões ambientais no contexto atual. Essas questões são representadas por seus impactos sobre a vida humana, sejam nos ecossistemas terrestres e costeiros, na saúde, nas cidades e infraestrutura, pobreza, migração, danos por chuvas e inundações, terremotos, desertificação, entre tantos outros exemplos da crise ambiental, como também sua influência no campo da epistemologia.

É importante ressaltar que este texto nasceu dos debates sobre a importância da História, na explicação das questões ambientais contemporâneas levantada no Grupo de Estudos e Pesquisa em Educação e Meio Ambiente, da Universidade Federal de Rondônia – UNIR. Nesse sentido, mais do que

² Dermerval Saviani (2013) se refere ao trabalho imaterial da seguinte forma: “Trata-se aqui da produção de ideias, conceitos, valores, símbolos, hábitos, atitudes, habilidades. Numa palavra, trata-se da produção do saber, seja do saber sobre a natureza, seja do saber sobre a cultura, isto é, o conjunto da produção humana” (SAVIANI, 2013, p. 12).

defender a visão funcionalista ou crítica na exaltação das questões climáticas, urge, também, tentativas de procurar compreender o que as duas visões têm em comum. Isso se explica pelo caráter interdisciplinar do grupo, composto por pesquisadores das mais variadas correntes do pensamento. A conclusão inequívoca foi: a disciplina de História é fundamental para pensar e contextualizar a educação ambiental na contemporaneidade, independente que concepção teórica/metodológica o pesquisador em Meio Ambiente adote.

Dessa forma, além desta **Introdução**, que exhibe os motivos norteadores do texto e sua apresentação, este trabalho está disposto da seguinte forma: **Transformação do Espaço na Modernidade**, apresentando o impacto da expansão marítima na economia, na política, na natureza, nos centros urbanos e nos valores da sociedade, ou seja, uma força que abalou as estruturas e o meio ambiente em nível global. Na sequência, o tópico: **O Meio Ambiente na Cultura Contemporânea**, apresenta as transformações do espaço no período moderno como determinantes da emergência de uma cultura ambiental nas ciências contemporânea, esclarecendo como o meio ambiente foi se tornando cada vez mais um objeto de estudo da História, manifestando-se em uma nova especialidade: a História Ambiental. Por fim, as **Considerações Finais**, assinalam que a História, como disciplina, pode contribuir através do estudo do espaço e do tempo de forma sistemática, para a superação das questões climáticas, acentuando que a história ambiental é também história contemporânea.

Transformação do espaço na modernidade

A expansão marítima é um marco da transformação do espaço na história da humanidade. Sua dinâmica envolveu negócios em alto grau, numa escala nunca antes experimentado pelo ser humano. Seu impacto nas sociedades foi tão elevado que subalternizou e exterminou povos, faunas e floras numa velocidade até então inédita. Avançou através da utilização da mão de obra escrava, transformou o ambiente urbano, intensificou conflitos religiosos e contribuiu para avanços tecnológicos, subsidiando mudanças e arraigando valores que acompanham o ser humano até a atualidade.

As grandes navegações estão inseridas no bojo das transformações sociais, econômicas e políticas, como resultado de sucessos e fracassos, negações e tentativas que configuram a história do desenvolvimento humano. Além do ser humano navegar, objetivamente, em mares pouco antes navegáveis, atravessava a humanidade por um processo de descobertas e experimentos nas artes e na ciência que expandiam a ideia do racionalismo, mudanças e práticas sociais.

Nesse sentido, a modernidade, periodizada entre os séculos XV e XVIII, é um marco de turbulências, conduzidos por estados nacionais poderosos que centralizam o poder e que lutam entre si para obter mais

poder em nível mundial. A necessidade de obter recursos e ostentá-los, seja pelos estados nacionais, seja pelas pessoas que compõem tais sociedades, impactaram de tal maneira nas grandes cidades, centros urbanos e burgos, como também nas colônias ultramarinas, modificando significados e valores da existência humana. Enfim, o espaço humano é atingido pela modernidade por grandes transformações que chegam, de forma ampla, à vida cotidiana, refletindo sobre os espaços, conflitos, explorações e reações próprias da dialética humana.

Sobre a modernidade Berman (2010) se refere dessa maneira:

A experiência ambiental da modernidade anula todas as fronteiras geográficas e raciais, de classe e nacionalidade, de religião e ideologia: nesse sentido, pode-se dizer que a modernidade une a espécie humana. Porém, é uma unidade paradoxal, uma unidade de desumanidade: ela nos despeja todos num turbilhão de permanente desintegração e mudança, de luta e contradição, de ambiguidade e angústia. Ser moderno é fazer parte de um universo no qual, como disse Marx, “tudo que é sólido desmancha no ar” (Berman, 2010, p.24).

O impacto das transformações no ambiente do novo mundo, seja na Oceania, América do Norte ou América do Sul, foi fulminante, criando, destruindo e reconstruindo o espaço. Tal impacto foi causado pela onda de pessoas, oriundas, sobretudo da Europa e da África. Crosby (2011) intitula esses novos espaços de Neoeuropas. A chegada dessas pessoas em “novas” terras concebeu acentuadas mudanças no ambiente, transformando o comportamento dos nativos que habitavam essas terras. Da mesma forma, transformou as serras, montanhas, planícies e litorais do novo mundo.

O impacto também atingiu os povos do velho continente, o que refletiu na alimentação, na moda e na arquitetura do continente europeu.

A síntese gerada desses encontros é resultado e resultante da decomposição de ideias, hábitos e tradições e interferiram na maneira de morar, se alimentar e da saúde dos integrantes, tanto nas colônias e nos impérios ultramarinos. Disso derivou uma verdadeira revolução nos espaços naturais e artificiais, urbanos e rurais, nas metrópoles e nas colônias.

É necessário ressaltar que a transformação da natureza, encontros entre povos e busca de novas tecnologias não é exclusividade da modernidade, ou da grande expansão marítima. Nesse sentido, Crosby (2011) e Dean (2013) iniciam suas análises sobre transformações do espaço retomando a história da humanidade, desde o paleolítico, para mostrar que as diversas revoluções, conflitos com a natureza, animais e entre pessoas fazem parte da integração pessoas/espaço/natureza.

Em relação às transformações da natureza pelo ser humano, Dean (2013) inicia sua obra alertando que:

A história florestal corretamente entendida é, em todo o planeta, uma história de exploração e destruição. O homem reduz o mundo natural a “paisagem” – entornos domesticados, aparados e moldados para se adequarem a algum uso prático ou a estética convencional – ou também, o que é ainda mais assustador a “espaço” – planícies desertas aplainadas a rolos compressor e sobre as quais o extremo narcisismo da espécie se consagra em edificações (DEAN, 2013, p. 24).

Assim, as transformações da natureza em terras ultramarinas já haviam sofridas imensas transformações, antes mesmo das naus europeias aportarem em terras que seriam intituladas de América do Sul, América Central, América do Norte e Oceania, desmistificando a ideia de terras intocáveis e paradisíacas.

Mas, se por um lado tais mudanças já tinham sido iniciadas pelos habitantes nativos, o nível de exploração e transformações se intensificaram com a chegada de pessoas do velho continente durante a modernidade.

Ademais, foi durante esse período, “constituída principalmente por aqueles que chegaram durante a era da navegação a vela” (CROSBY, 2011, p 305), intitulado por Crosby de *primeira onda de desembarque na Neoeuropas*, que se promoveu o desenvolvimento da sociedade contemporânea nesse espaço.

Inclusive, a primeira onda de invasão sobre as novas terras foi o preparo, a gênese para a criação dos estados nações na Neoeuropas. Proporcionando, posteriormente, uma nova onda: “mais de 50 milhões atravessaram para a Neoeuropas entre 1820 e 1930” (CROSBY, 2011 p.306).

Nesse sentido, essa segunda onda é resultado das relações entre metrópoles e colônias durante todo o período da História Moderna. Tais relações se constituíram em cooperações, extermínios, exploração de recursos, guerras e revoluções.

Essas relações começaram dentro do contexto e dinâmica da Revolução Comercial do século XVI, atravessaram os séculos XVII, XVIII e XIX, foi marcado pelo uso da mão de obra escrava indígena e, sobretudo, de negros africanos, na exploração das novas terras. Outrossim, o comércio de pessoas, também visto na época como recurso natural, resultou em grande lucro para o sistema financeiro que iniciava sua hegemonia sobre o mundo.

As fontes de recursos naturais, minérios, madeiras, uso do solo, complementam o acúmulo de riquezas cada vez mais volumosas durante a idade moderna. Destacava-se, nesse sentido, a Inglaterra. Primeiro, pelo sistema de exploração de suas colônias além mar. Segundo, como grande organizadora de um sistema financeiro mundial fato que reverbera até a globalização atual.

Por sua vez, o sistema financeiro inglês soube utilizar, como fonte de lucro e desenvolvimento, os recursos oriundos das riquezas comerciais mercantilistas para impulsionar uma balança de comércio favorável.

O negócio, portanto, era exportar mercadorias de valor e importar apenas o que fosse necessário, recebendo o saldo em dinheiro sonante. Isso significa estimular a indústria por todos os meios possíveis, porque seus produtos valiam mais que os da agricultura, e, portanto, obteriam mais dinheiro nos mercados estrangeiros. E o que era também importante, ter indústria produzindo as coisas de que o povo necessitava significava não ser necessário comprar do estrangeiro. Era um passo na direção da balança comercial favorável, bem como no sentido de tornar o país autossuficiente, independente de outros países (HUBERMAN, 1984 p. 133).

Assim, o impacto das relações comerciais envolveu múltiplas relações e transformações ambientais. A natureza “selvagem”, o campo e a cidade ressentiam-se das ações sobre elas. Centralizado nas políticas de desenvolvimento dos estados nacionais, a industrialização transformava os espaços urbanos e rurais nas metrópoles da velha Europa. As nações mais destacadas transformaram seu modelo administrativo, cuja base e produtividade requisitaram mais eficiência.

Por sua vez, na Neoeuropa as intervenções humanas transformaram a paisagem. Importaram-se sementes e animais das matrizes imperiais o que impactou todo ecossistema do “novo” mundo. Buscaram-se ouro e prata para a sustentação dos impérios; expandiram-se valores eurocêntricos e reprimiram-se culturas tradicionais; impuseram-se cotas e impostos cada vez maiores e impagáveis. Todo esse cenário resultou em reações e revoluções contra as matrizes europeias.

Enfim, o deslocamento espacial, iniciado com as grandes navegações germinou convulsões sociais que reverberariam em transformações históricas profundas, cujos fatos marcantes, como a Revolução Francesa, a Independência dos Estados Unidos e a Revolução Industrial, são elencados como acontecimentos que traduzem a transição da história moderna para a história contemporânea.

Assim, o estudo das questões ambientais emerge na História Contemporânea como elemento fundamental para pensar as grandes transformações culturais, sociais, econômicas e políticas que permeiam a humanidade e que se traduzem em grandes mudanças nas relações econômicas e sociais, em nível global, na época presente.

O meio ambiente na cultura contemporânea

Por certo, nos últimos dois séculos, o mundo se transformou de forma impressionante. A rapidez dessa transformação assombra a todos. As antigas colônias europeias ganharam protagonismo sobre suas

matrizes, sendo o caso das colônias francesas e inglesas da América do Norte o exemplo mais emblemático. O avanço científico fez aumentar a produtividade da produção agrícola e industrial. O sistema social fundado no mercado e na busca do lucro se consolidou, de forma efetiva, como uma política hegemônica global. No âmbito da comunicação social, vem sendo, desde então, incorporado, agilmente, novas configurações e linguagens: jornais, revistas, telefone, celular, internet etc. As distâncias espaciais se encurtaram e as grandes cidades cresceram em progressões geométricas. Enfim, o ambiente em todas as suas esferas está em constante inovação.

Entretanto, “as intervenções humanas quase nunca realizam as expectativas humanas (DEAN, 2013, p. 24)”. Adjacente à capacidade humana de produzir, emergiram, nas mesmas dimensões, problemas agregados à incapacidade de responder às expectativas da superação das guerras, fome, pobreza, pandemias e desastres naturais.

Poluição, saneamento urbano, êxodo rural, inundações e desastres ambientais tornaram-se temas recorrentes nas agendas de políticas públicas dos estados nacionais e organizações multilaterais. Primeiro, esses temas foram agregados em planejamentos de desenvolvimento fragmentados e, posteriormente, em políticas globais de enfrentamento às crises ambientais.

Indubitavelmente, a agenda ambiental atual tem como gênese a modernidade, suas ações e reproduções na esfera econômica e social. A produção de alimentos, os efeitos da industrialização, a necessidade de mão de obra, a divisão do trabalho e a necessidade de recursos naturais resultaram em conflitos armados, insegurança alimentar, epidemias, desertificação e outras questões que permearam todo o século XX e permanecem, de forma contundente, a preocupar as ciências sociais e humanas no século XXI.

Nesse sentido, uma verdadeira revolução historiográfica acometeu o estudo da história desde o final do século XVIII. Para Pádua (2010):

A pesquisa histórica vem revelando que a preocupação intelectual com os problemas “ambientais” esteve presente, ao menos no mundo de expressão europeia, desde o final do século XVIII, ocupando um lugar relevante no processo de construção do pensamento moderno (PÁDUA, 2010, p. 82).

Nessa direção, o estudo dos centros urbanos e sua transformação constituíram-se em análise e reflexão “ancorada em uma investigação sistemática, em métodos apropriados, em teorizações capazes de compreender a cidade e o fenômeno urbano em todas as dimensões” (BARROS, 2007, p. 9).

Sem dúvida, a história dos centros urbanos, a partir do século XIX, se configura como a gênese dos estudos históricos, no que tange ao meio ambiente. Várias razões insurgem no sentido de explicar isso. Com certeza, a emergência das ciências sociais, sobretudo a Sociologia, como campo de estudos que contribuiu

para a história das cidades. Esses estudos dos centros urbanos se diferenciam das abordagens poéticas dos romancistas e cronistas que, no período medieval, descreviam modelos políticos caracterizados por reflexões ideológicas, teológicas e filosóficas (BARROS, 2007).

No século XIX isto se modifica sensivelmente. Começam a surgir cada vez mais pensadores da sociedade – historiadores e também os estudiosos que hoje chamaríamos de sociólogos e antropólogos – preocupados em entender esta especificidade do “viver urbano”, em decifrar a história deste viver, as suas mutações, as suas diferenças em relação a outros **ambientes sociais**, e em compreender também a complexidade dos vários tipos de vida social que podiam ser abrigados nas diversas modalidades de formações urbanas (BARROS, 2007, p. 10).

De forma mais específica, na esfera das lutas de classes, o século XIX apresenta as cidades como local de lutas e contradições, explicitando as misérias de uma classe enquanto outra se aproveita dos resultados do trabalho. Por outro lado, as cidades aproximam trabalhadores, aflorando a solidariedade de classe, criando organizações e sindicatos. Em suma, a cidade é o espaço onde se desenvolve a consciência dos trabalhadores, um ambiente propício para a germinação da vanguarda proletária. Inaugurando, dessa forma, os estudos do ambiente como crises oriundas de modelos de produção que precisam ser superados, fixando a história do ambiente como parte das lutas de classes.

Nesse cenário, o desenvolvimento das cidades é representado por um processo de divisão do campo e da cidade. Desenvolvimento esse que beneficia o sistema do capital, pois aprofunda a divisão da sociedade e só pode existir inserido no sistema de propriedade privada. Por conseguinte,

Com a cidade surge, ao mesmo tempo, a necessidade da administração, da polícia, dos impostos etc., em uma palavra, a necessidade da organização comunitária e, desse modo, da política em geral. Aqui se mostra, pela primeira vez, a divisão da população em duas grandes classes, que se baseiam diretamente na divisão do trabalho e nos instrumentos de produção. A cidade é, de pronto, o fato da concentração da população, dos instrumentos de produção, do capital, das fruições, das necessidades, enquanto o campo evidencia exatamente o fato contrário, a saber, o isolamento e a solidão. A oposição entre cidade e campo só pode existir no interior da propriedade privada. É a expressão mais crassa da subsunção do indivíduo à divisão do trabalho, a uma atividade determinada, a ele imposta – uma subsunção que transforma uns em limitados animais urbanos, outros em limitados animais rurais e que diariamente reproduz a oposição entre os interesses de ambos. O trabalho é, aqui, novamente o fundamental, o poder sobre os indivíduos, e enquanto existir esse poder tem de existir a propriedade privada. A superação da oposição entre cidade e campo é uma das primeiras condições da comunidade, uma condição que, por seu turno, depende de uma massa de pressupostos materiais e que não pode ser satisfeita pela mera vontade, como qualquer um pode constatar à primeira vista. (Tais condições têm ainda de ser desenvolvidas.) A separação entre cidade e campo também pode ser apreendida como a separação entre capital e propriedade da terra, como o início de uma existência e de um desenvolvimento do capital independentes da propriedade da terra, o início de uma propriedade que tem como base apenas o trabalho e a troca (ENGELS e MARX, 2007, p. 52).

Na esfera dos estudos da História Ambiental, fundada no marxismo, a citação acima serve como base para estudos sobre relações internacionais e a divisão internacional do trabalho (GILL, 2007). Nesse sentido, os estudos do anabolismo e catabolismo, resultado da relação natureza e trabalho (FOSTER, 2011), vêm crescendo, desde o século passado, nos estudos da História Ambiental. Esses estudos advertem que as questões climáticas globais são frutos de um modelo de produção hegemônico e a superação dessas questões requisita a superação da divisão campo/urbano, centro/periferia³, natural/científico, subjetivo/objetivo, trabalho/capital. Em outras palavras: a luta para expandir a consciência e entender a história das relações sociais requer a compreensão do trabalho a partir da superação de sua divisão, focando na complexidade do ser em sua totalidade. Acrescentando que:

desde o princípio, a noção de Marx da alienação do trabalho humano esteve conectada a uma compreensão da alienação dos seres humanos em relação à natureza. Era esta alienação que, acima de tudo, era preciso explicar *historicamente* (FOSTER, 2011, p23).

Assim, a pesquisa e estudo da história dos centros urbanos e a relação do homem com a natureza, através de diversas concepções teóricas, a partir do século XIX, contribui para pensar a cultura ambiental e entender os diversos usos e significados relacionados ao meio ambiente e seu efeito sobre o estudo da história contemporânea.

Nesse sentido, a pesquisa histórica e social, quando confrontada pela explicação das dinâmicas urbanas, pediu emprestados modelos biológicos para o seu entendimento. Tais modelos difundidos pela escola de Chicago⁴ incorporaram um conjunto de vocábulos no interior da pesquisa sociológica e histórica.

Segundo Barros:

dentre as expressões herdadas da terminologia clássica, que passou a examinar a cidade como um organismo destacam-se noções como crescimento, tecido, artéria, coração, função (BARROS, p 30, 2007).

Essa analogia não só é utilizada pela história ambiental, como também é objeto de estudos na área. Tais características são encontradas neste campo de estudo por ser ele fundado numa perceptiva multidisciplinar trazendo, para seus fundamentos teóricos e metodológicos, conceitos e práticas de outras ciências.

Sobre a história ambiental Colacios (2017) afirma:

³ Nesse sentido centro e periferia, além de representar áreas das cidades e regiões de países, também se relaciona as divisões e diferença sociais entre países hegemônicos e periféricos

⁴ A escola Sociológica de Chicago foi fundada pelo historiador e sociólogo Albion W. Small. Teve impacto em diversas áreas de estudo. Para esse artigo destaca-se a sociologia urbana e a ecologia humana.

A perspectiva multidisciplinar, por exemplo, é uma ferramenta muito presente nos estudos, mas pouco discutida entre os pesquisadores. O trabalho com uma variedade de disciplinas, tanto das ciências humanas quanto das biológicas e físicas, amplia ainda mais as possibilidades metodológicas, inserindo conceitos que não faziam parte do escopo historiográfico. Entropia, ecossistemas, biodiversidade, entre outros, passaram a compor a linguagem do pesquisador. Tal enriquecimento do vocabulário conceitual abriu as portas para novas fontes históricas, auxiliando inclusive estudos em outras áreas da historiografia (COLACIOS, p. 7, 2017).

Assim, retornando aos estudos da história social, encontramos em oposição à vida nos centros urbanos a ideia de viver no campo. Aqui viver se refere a morar e/ou trabalhar. Nesse sentido, os estudos de Williams (2011) refletindo sobre o campo e a cidade demonstra como a cultura ambiental foi provocada por um olhar dicotômico e míope entre os dois ambientes. Williams (2011) propõe a superação desse olhar minimalista apresentando a contextualização dos significados e sobretudo ampliando a visão da história pela complementaridade dos dois ambientes. Tal complementariedade representa um arcabouço de ligamentos passado/presente, passado/passado, presente/presente, que requer estudos comparativos e pesquisas aprofundadas sobre os diversos espaços no tempo.

Assim, no início de sua obra *O Campo e a cidade*, Williams (2011) aponta as diferenças e significados, não só entre os dois conceitos, mas também no interior deles. Entretanto, “apesar de todas essas diferenças, persistem certas imagens e associações” e o “objetivo do livro é descrevê-las e analisá-las, vê-las conectadas à experiência historicamente variada (WILLIAMS, 2011, p. 12)”. Para isso o autor utiliza a Inglaterra como objeto usando da literatura para identificar os elementos complementares que conectam os dois ambientes no espaço e no tempo, além dos fundamentos axiológicos e teleológicos, construídos pelo homem, presentes nas estruturas hegemônicas da sociedade.

Aqui, a referência aos elementos e processos hegemônicos e a possibilidade, a partir da consciência desses fundamentos, de sua superação, em outras palavras, a formação contra hegemônica, está presente tanto no campo e na cidade e também na conexão do presente com a história. No decorrer de sua obra, Williams (2011) proporciona uma reflexão sobre o poder da linguagem e o uso da palavra para a construção de imagens que, através de aspectos bucólicos, criam discrepâncias com a realidade do passado. Esse processo contribui para o desenvolvimento do reacionarismo e o estancamento da cultura em movimento. Por outro lado, essas mesmas imagens podem proporcionar rupturas e transformações radicais nas estruturas sociais.

O culturalismo ambiental de Williams (2011) aponta, portanto, para a possibilidade de criar compreensão através de elementos complementares entre, espaço, tempo e linguagem. Sua afirmação sobre as transformações da Inglaterra de uma sociedade rural para industrial, apresentando o movimento de

transformação como racionalmente construído e, posteriormente, fazer a aproximação desse movimento para a análise dos fatos presente, é colocada na conclusão da referida obra quando reflete a conexão cidade e campo com a construção do capitalismo.

Assim, concordo ver a cidade como representação do capitalismo, tal como muitos estão fazendo agora, desde que possa afirmar também que esse modo de produção teve origem especificamente na economia rural e lá produziu muitos dos efeitos característicos – aumento de produção; reorganização física de um mundo totalmente disponível; deslocamento de comunidades tradicionais; a formação de um resíduo humano que veio a se transformar numa força, o proletariado – que foram posteriormente encontrados, em diversas formas em cidades e colônias e em todo um sistema internacional (WILLIAMS, 2011, p. 476).

Todo esse meio ambiente, relatado por WILLIAMS (2011), contribui para responder indagações sobre qual meio ambiente a história ambiental trata em seus estudos e pesquisas (COLACIOS, 2017). Faz mais, pois consegue incorporar sob o conceito de meio ambiente todas as esferas relacionadas a espaço e tempo. Ou seja, todas as matrizes relacionadas ao meio ambiente, sendo elas: “matriz ecológica, matriz socioambiental e a matriz geográfica”. (COLACIOS, 2017).

Colacios (2017) destrincha, de forma eficiente, as fragmentações e apresenta as questões, dúvidas e desentendimentos relacionados à pesquisa em História Ambiental, sintetizando a questão assim:

Em geral, o entendimento promovido pelos historiadores ambientais mantém a distância entre sociedade e natureza, meio ambiente e ser humano. Seriam dois elementos deslocados que interagem, mas não são reconhecidos como uma mesma entidade (COLACIOS, 2017, p.20).

As inquietações de Colacios (2017) podem ser abrandadas pela concepção de uma cultura ambiental situada, ou extraída, do pensamento de Williams (2011), que situa o meio ambiente como um todo. Nesse sentido, meio ambiente se refere a concretude de todos os ambientes conectados a um sistema.

Essa concepção de cultura ambiental vislumbra o meio ambiente pelas aglutinações das partes. Essa totalidade significa que tudo está em conexão, ou seja, é dialética porque funde as múltiplas determinações objetivas e subjetivas, passado e presente, antigo, moderno e contemporâneo.

Assim, formulado em sua totalidade, o conceito de Meio Ambiente supera as fragmentações funcionalistas e convenientes que se modificam como roupagens no tempo e espaço, fundindo-se na completude holística de um cenário chamado: consciência da existência.

Pádua (2010), em outros termos, coloca o objeto meio ambiente no sentido de amplitude, alegando que

A modernidade da questão ambiental – da ideia de que a relação com o ambiente natural coloca um problema radical e inescapável para a continuidade da vida humana – deve ser entendida em sentido amplo. Ela não está relacionada apenas com as consequências da grande transformação urbano-industrial que ganhou uma escala sem precedentes a partir dos séculos XIX e XX, mas também com uma série de outros processos macro-históricos que lhe são anteriores e que com ela se relacionam (dentro do jogo de continuidades e descontinuidades que caracteriza os processos históricos). É o caso da expansão colonial europeia e da incorporação de vastas regiões do planeta, uma grande variedade de territórios e ecossistemas, a uma economia-mundo sob sua dominância (PÁDUA, 2010, p. 83-84).

Tal amplitude é provocada por uma articulação de ações em constante movimento e transformação. O meio ambiente se insere na cultura contemporânea aglutinando as diversas ciências, procurando respostas, tentando sanar, amenizar, mitigar ou adaptar os transtornos representados pela crise climática, aquecimento global, pobreza e outras mazelas, buscando da mesma forma, através das interações dos sistemas sociais e dos sistemas naturais entender e superar os distúrbios decorrente da/na existência humana.

Considerações finais

A História como ciência reflete as agitações das ideias que afetam a sociedade. Nesse sentido ela está em movimento retratando as mudanças, afetando e sendo afetada por essas transformações.

Por este ângulo, emergiu, no cerne da História Contemporânea, a História Ambiental. Assim, a História Ambiental abraça as inclinações e conjecturas da sociedade global onde suas ações impactam a existência do ser humano, da fauna e da flora. Igualmente, as teorias e estudos, no âmbito da economia, política pública, relações internacionais, direito e sociologia são envolvidas na concepção da garantia da existência das futuras gerações através do conceito de desenvolvimento sustentável, emprestando à História Ambiental a ideia de sustentabilidade.

A História Ambiental busca compreender as ações antropogênicas na História, desmitificando saberes e contribuindo para a fomentação da sociedade, chamando atenção para os limites do crescimento econômico, contínuo e excludente.

Para Rémond (1996):

A História, cujo objeto precípua é observar as mudanças que afetam a sociedade, e que tem por missão propor explicações para elas, não escapa ela da própria mudança. Existe, portanto, uma história da história que carrega o rastro das transformações da sociedade e reflete as grandes oscilações do movimento das ideias (RÉMOND, 1996, p. 13).

De fato, a cultura ambiental abrange a História Contemporânea no que tange o movimento das ideias no século XXI, podendo afirmar que faz parte de “modas intelectuais ou descobertas cuja sucessão desenha a história da disciplina” (RÉMOND. 1996, p. 13). Tais ideias são sínteses de acontecimentos pretéritos na História e desenvolvimento da humanidade.

Portanto, a cultura ambiental reflete no estudo da História Contemporânea enquanto transformação do espaço e as contradições e choques das ações humanas nesse espaço. Nesse sentido, o vivido é a síntese ou reflexo de choques dialéticos presentes que se movem do passado. Se move de outro tempo construindo tradições, costumes e práticas sociais.

Assim, os fatos contemporâneos são reflexos da História Moderna que, conseqüentemente, se entrelaça no período medieval e assim sucessivamente. Também a História Ambiental é contemporânea no sentido de ser o pensamento – sobre o passado, presente e futuro – e o evento em simultâneo diálogo. Ademais, representa o abraço da cultura ambiental pela História.

Mas, não só o tempo se faz conectado pela cultura ambiental na/pela história. Da mesma maneira, os espaços físicos, territórios, nações, estados, cidades e natureza são abraçadas nesse diálogo concomitante.

Este escrito, aqui apresentado, indica que o meio ambiente, a partir de um fato marcante – as grandes navegações – transformou de forma dramática a relação entre diversos povos, assim como o espaço também ganhou novos significados. Tais fatos reverberam no século XXI gerando demandas e desafios que precisam de soluções baseadas em uma cultura ambiental inovadora, convidando a pensar a história em sua totalidade, buscando examinar, de forma mais sistemática, através do estudo do espaço e do tempo, propostas alternativas sustentáveis no desenvolvimento da humanidade.

Referências

- BARROS, José D'Assunção Barros. Os campos da História: uma introdução às especialidades da História. Revista *Histedbr* On-line, Campinas, n.16, p. 17 -35, dez. 2004.
- BARROS, José D'Assunção Barros. *Cidade e história*. 2.ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2007.
- BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade*. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2007.
- COLACIOS, Roger Domenech. Os meios ambientes da história ambiental brasileira: pela abertura da caixa-preta. Revista *Hist. R.*, Goiânia, v. 22, n. 2, p. 6–22, mai./ago. 2017.
- CROSBY, Alfred W. *Imperialismo ecológico: a expansão biológica da Europa, 900-1900*. São Paulo: Companhia da Letras, 2011.

DEAN, Warren. *A ferro e fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira*. São Paulo: Cia. das Letras, 2013.

DURKHEIM, Émile. *Educação e sociologia*. São Paulo: EDIPRO, 2016.

ENGELS, Friedrich; MARX, Karl. *A ideologia alemã*. São Paulo: Boitempo, 2007.

FOSTER, J. B. *A ecologia de Marx: materialismo e Natureza*. 3.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

GILL, Stephen (Org.). *Gramsci, materialismo histórico e relações internacionais*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2007

HUBERMAN, Leo. *História da Riqueza do Homem*. 21. ed. Revista. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1986.

LUCÁKS, G. *Para uma ontologia do ser social I*. São Paulo: Boitempo, 2012.

PÁDUA, José Augusto. *As bases teóricas da história ambiental*. Revista estudos avançados Vol. 24 nº 68, São Paulo, 2010.

RÉMOND, René. Uma História presente. In: _____ (org.). *Por uma História política*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1996, pp. 13-36

SAVIANI, Dermeval. *Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações*. 11 ed. rev. Campinas: Autores Associados, 2013.

WILLIAMS, Raymond. *O campo e a cidade na história e na literatura*. São Paulo: Companhia da Letras, 2011.

Recebido em 28/02/22 aceito para publicação em 10/06/22.



Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 4.0 Internacional.

Revista Vernáculo n.º 50 – segundo semestre/2022

ISSN 2317-4021